



Casa Civil

Centro de Referência da Legislação Municipal – CADLEM-SP

[www.legislacao.prefeitura.sp.gov.br](http://www.legislacao.prefeitura.sp.gov.br)

[legislacao@prefeitura.sp.gov.br](mailto:legislacao@prefeitura.sp.gov.br)

# PORTAL DA LEGISLAÇÃO

## RELATÓRIO ANUAL

### 2021

**CASA CIVIL**

**ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**COORDENADOR**

MARIO RUBENS BUFFO JÚNIOR

**BIBLIOTECÁRIAS**

ISABELLE SAEZ MOREIRA

JULIANA SUBINO TEIXEIRA

VALERIA NUNES DE OLIVEIRA

**ASSISTENTE DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

MÔNICA CARBONE ASSMANN CORADINI

Relatório anual – versão aprovada em janeiro de 2022

## Sumário

PORTAL DA LEGISLAÇÃO - RELATÓRIO ANUAL 2021 .....	4
INTRODUÇÃO .....	4
Atividades Principais .....	4
Indexação .....	4
Consolidação e Compilação .....	4
Temas Seleccionados .....	5
Pesquisa de legislação.....	5
DADOS DA INDEXAÇÃO .....	6
DADOS DE CONSOLIDAÇÃO RETROSPECTIVA .....	9
TEMAS SELECIONADOS .....	10
DADOS DE CONSULTA AO PORTAL .....	10
DADOS DE PESQUISAS.....	14
ATIVIDADES SECUNDÁRIAS .....	14
Controle de Regulamentações.....	14
Controle de Projetos de Lei do Executivo.....	15
Controle de Razões de Veto.....	16
Controle de ADINs.....	17
Divulgação e Informativos .....	20
Melhorias implantadas .....	20
Projetos para 2022.....	20

# PORTAL DA LEGISLAÇÃO - RELATÓRIO ANUAL 2021

## INTRODUÇÃO

Apresentamos o relatório anual das ações e projetos desenvolvidos pelo Centro de Referência da Legislação Municipal – CADLEM/SP. Iniciamos pela descrição resumida das principais atividades necessárias para o funcionamento adequado do Portal da Legislação, quais sejam, Indexação, Consolidação retrospectiva, Temas Selecionados e Pesquisas. A seguir, para cada um desses itens, mostramos os dados e números de produção de conteúdo. Trazemos ainda os dados de acesso e consultas ao Portal, bem como um demonstrativo das atividades secundárias que são executadas periodicamente. Finalizamos com informações sobre iniciativas de divulgação de nosso trabalho em âmbito interno, uma lista com as melhorias implementadas no sistema ao longo do ano de 2021 e os principais projetos para o ano de 2022.

Boa leitura!

## Atividades Principais

### Indexação

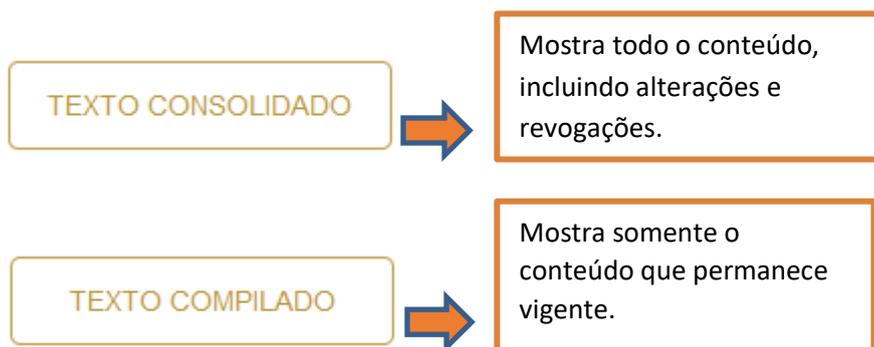
A principal atividade do CADLEM SP é composta pela leitura diária do Diário Oficial da Cidade, extração dos atos legislativos pertinentes e cadastro dos atos no Portal. A seleção da legislação é realizada em conformidade com a Política de Indexação, atualizada por esta seção de referência legislativa, através de métodos de identificação e classificação. A indexação diária serve de base para a consolidação, pois caso os atos cadastrados alterem, revoguem, regulamentem ou estejam correlacionados a atos anteriores, estas atualizações são feitas imediatamente. Na indexação, ainda, é feita a atribuição de termos pesquisáveis (palavras chave) para possibilitar uma efetiva recuperação da informação.

### Consolidação e Compilação

A consolidação da legislação tem por finalidade manter a norma atualizada, integrando todos os atos relacionados. Assim, todas as alterações, revogações, regulamentações e correlações são acrescentadas ao conteúdo da norma, garantindo sua atualização com o texto que está em vigor.

A compilação da legislação tem por finalidade auxiliar ao usuário do sistema o acesso apenas à norma em vigor, sem referência aos conteúdos alterados, ou seja, apenas o

que está em vigência no momento. Também é possível acessar os conteúdos alterados ou revogados escolhendo a opção “Texto consolidado”.



### **Temas Seleccionados**

Um relevante recurso disponível no Portal da Legislação é a aba de Temas seleccionados, onde são encontradas compilações das principais normas que tratam de um determinado assunto. Funcionam como pesquisas prontas que facilitam as pesquisas dos usuários na medida em que a equipe busca e seleciona os atos normativos antecipadamente. Os temas são compostos por normas em vigor sobre assuntos que estão em evidência na administração, bem com os mais buscados por servidores e cidadãos de São Paulo.

O recente uso da ferramenta Google Analytics permite que seja feita análise do Portal em tempo real e foi através desta ferramenta que se verificou que os Temas Seleccionados são altamente acessados, justificando assim a alocação de pessoal específico para dar atenção a esses conteúdos. Nota-se que os acessos aos Temas continuam crescendo mês a mês.

Outra possibilidade oferecida pelo Portal é o destaque de normas na página inicial. Os Destaques oferecem acesso rápido às principais normas da Prefeitura Municipal de São Paulo – PMSP. Há os Destaques fixos, representados pelas principais normas da PMSP, como a Lei orgânica e o Código de Obras, por exemplo, e os Destaques temporários que funcionam como novidades e são trocados regularmente.

### **Pesquisa de legislação**

É realizado o atendimento às pesquisas de usuários internos e externos à PMSP que chegam por e-mail ([legislação@prefeitura.sp.gov.br](mailto:legislação@prefeitura.sp.gov.br)), telefone e pessoalmente. Não são prestados auxílios em relação à interpretação das normas ou a temas não condizentes com a legislação do município. As dúvidas relativas a serviços da PMSP são direcionadas aos órgãos responsáveis.

## DADOS DA INDEXAÇÃO

Os dados da indexação de 2021 foram produzidos por relatórios tanto de controle pessoal da área de indexação, quanto automáticos. Em 2021 houve 246 edições do Diário Oficial da Cidade.

Mês	Total de edições DOC
Janeiro	19
Fevereiro	20
Março	21
Abril	19
Maió	21
Junho	22
Julho	22
Agosto	21
Setembro	20
Outubro	20
Novembro	18
Dezembro	23
<b>Total</b>	<b>246</b>

Tabela 1: Quantidade de edições do DOC por mês em 2021.

Foram incluídas aproximadamente **4.941** normas no sistema, dentre Decretos, Portarias, Leis, etc. de **267** origens diferentes totalizando, até o dia 31 de dezembro, **167.303** normas cadastradas no sistema. Na indexação diária foram incluídas 3.941 normas e de uma forma sistemática fizemos a inclusão de 1000 Razões de Veto anteriores a 2018 que não estavam cadastradas.

A seguir os gráficos e tabelas detalhadas de publicações, modificações e origens das normas cadastradas no sistema no ano de 2021.

Dados de tipos normativos cadastrados em 2021:

### Legenda:

A = Ato	L = Lei	PB = Publicação
C = Comunicado	OI = Ordem Interna	RV = Razões do Veto
CC = Comunicado	ON = Orientação	REC = Recomendação
Conjunto	Normativa	RE = Regimento
D = Decreto	PA = Parecer	Eleitoral
DB = Deliberação	PN = Parecer Normativo	RI = Regimento Interno
IN = Instrução	P = Portaria	R = Resolução
Normativa	PC = Portaria Conjunta	RC = Resolução
	PI = Portaria	Conjunta
	Intersecretarial	
	PL = Projeto de Lei	

Tipo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
A	4	2	3	1	3	4	1	4	4	6	2	2	36
C	3	1	2	1	3	1	%	%	1	4	4	3	23
CC	%	%	1	%	%	%	%	%	%	%	%	%	1
D	23	40	55	50	72	70	71	82	88	101	133	157	942
DB	%	%	%	%	%	%	%	1	%	%	%	1	2
IN	3	5	3	6	8	10	9	3	2	7	7	15	78
L	7	1	3	%	1	16	15	47	14	53	17	11	185
OI	4	7	2	2	2	2	2	3	2	2	3	4	35
ON	%	%	%	%	1	%	%	%	%	%	%	%	1
PA	%	%	%	2	%	%	1	1	1	2	%	8	15
PN	%	%	%	%	1	%	%	%	%	%	%	%	1
P	95	205	175	182	206	156	192	195	209	165	167	170	2117
PC	5	2	3	%	2	3	1	1	2	3	2	3	27
PI	%	%	%	1	%	3	%	%	%	%	%	%	4
PL	%	2	4	1	1	6	7	2	6	4	3	3	39
PB	%	3	8	1	1	1	%	%	5	2	1	1	23
RV	3	%	%	%	1	3	2	39	2	17	4	1	72
REC	%	1	%	1	%	%	1	%	%	2	%	2	7
RE	%	%	%	%	1	%	%	%	%	%	%	%	1
RI	1	1	%	1	1	%	%	2	%	2	2	%	10
R	9	20	33	16	18	45	26	27	32	33	21	34	314
RC	1	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	1
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>291</b>	<b>292</b>	<b>265</b>	<b>322</b>	<b>321</b>	<b>328</b>	<b>407</b>	<b>371</b>	<b>403</b>	<b>368</b>	<b>415</b>	<b>3941</b>

Tabela 2: Total de normas indexadas por tipo normativo

- ❖ Pareceres da PGM são cadastrados de forma independente em comum acordo e não seguem os procedimentos adotados para a legislação. Foram cadastrados 69 pareceres em 2021.
- ❖ Atualmente há **1.474** pareceres da PGM cadastrados no Portal.

Os atos normativos podem sofrer modificações por outros atos ao longo do tempo. As principais modificações podem ser: alteração de texto, revogação total ou parcial, regulamentação, correlação. Existe também a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade, suspensão da eficácia, anulação e veto.

Foram realizadas **4.799** modificações em 2021 distribuídas conforme Tabela 3:

Mês	Alterações	Revogações	Correlações	Cláusula de Reg	Temas	Destaques
<b>JAN</b>	48	72	106	2	26	12
<b>FEV</b>	72	79	203	%	28	12
<b>MAR</b>	72	82	256	%	67	28
<b>ABR</b>	69	86	138	%	37	22
<b>MAI</b>	95	86	200	%	26	5
<b>JUN</b>	69	65	209	5	30	9
<b>JUL</b>	83	82	230	5	63	17
<b>AGO</b>	90	81	177	7	50	14
<b>SET</b>	79	103	158	1	30	4
<b>OUT</b>	84	108	100	5	29	9
<b>NOV</b>	100	80	167	4	32	9
<b>DEZ</b>	79	82	276	%	32	13
<b>Total</b>	<b>940</b>	<b>1006</b>	<b>2220</b>	<b>29</b>	<b>450</b>	<b>154</b>

Tabela 3: Efeitos das normas cadastradas em 2021.

As origens podem ser simples, quando a norma é editada por um só órgão, ou composta por dois ou mais órgãos que trabalharam juntos para editar o ato. As compostas podem ser, ainda, por diferentes setores de uma mesma Secretaria. A seguir, a tabela de Secretarias e demais órgãos da Administração direta e indireta que publicaram atos normativos em 2021 conforme critérios do CADLEM SP.

Origem	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
<b>AMLURB</b>	%	1	2	3	%	4	3	1	2	5	4	2	<b>27</b>
<b>CGM</b>	%	4	3	3	5	1	%	7	5	2	2	3	<b>35</b>
<b>EXECUTIVO</b>	27	43	62	51	75	82	86	125	97	124	142	169	<b>1083</b>
<b>GCM</b>	%	1	%	1	%	%	%	%	%	%	%	%	<b>2</b>
<b>HSPM</b>	1	1	1	1	%	2	1	2	7	%	2	1	<b>19</b>
<b>IPREM</b>	%	6	2	%	4	2	5	1	1	1	1	8	<b>31</b>
<b>LEGISLATIVO</b>	6	%	3	1	1	14	9	46	14	52	15	4	<b>165</b>
<b>PGM</b>	4	4	5	2	2	4	1	%	7	2	7	6	<b>44</b>
<b>PREF</b>	4	4	4	3	2	%	4	5	4	1	7	2	<b>40</b>
<b>SEGES</b>	%	%	%	1	%	%	%	%	%	2	%	1	<b>4</b>
<b>SEHAB</b>	1	4	5	12	5	3	8	5	8	5	6	6	<b>68</b>
<b>SEL</b>	1	%	%	1	%	%	%	%	%	%	%	%	<b>2</b>
<b>SEME</b>	1	3	1	1	2	8	3	2	5	1	7	17	<b>51</b>
<b>SF</b>	17	17	18	13	15	13	40	29	18	8	14	20	<b>222</b>
<b>SFMSP</b>	2	3	2	3	1	1	4	6	2	9	4	3	<b>40</b>
<b>SGM</b>	11	31	40	21	34	25	21	20	29	27	30	20	<b>309</b>
<b>SIURB</b>	%	3	7	3	3	5	2	1	2	2	%	1	<b>29</b>

<b>SMADS</b>	6	14	5	14	15	26	7	12	12	7	12	7	137
<b>SMC</b>	5	10	11	14	18	11	11	11	8	6	5	7	117
<b>SMCV</b>	%	%	1	%	%	%	%	%	%	%	%	%	1
<b>SMDET</b>	3	4	4	5	3	8	7	6	7	5	4	6	62
<b>SMDHC</b>	3	11	10	7	7	8	4	6	7	9	5	1	78
<b>SME</b>	12	13	10	20	15	13	19	14	13	20	20	35	204
<b>SMIT</b>	1	3	2	%	2	1	2	1	3	6	4	4	29
<b>SMJ</b>	1	1	%	1	2	1	%	%	1	%	%	%	7
<b>SMPED</b>	3	1	3	3	8	2	2	1	3	5	%	1	32
<b>SMRI</b>	%	2	%	2	%	1	1	1	1	1	%	%	9
<b>SMS</b>	6	11	13	19	11	10	12	15	10	22	12	14	155
<b>SMSU</b>	5	11	13	4	4	5	5	5	12	6	2	5	77
<b>SMSUB</b>	4	3	4	2	4	5	5	12	4	1	4	4	52
<b>SMT</b>	3	7	14	3	6	%	7	6	17	11	3	11	88
<b>SMUL</b>	3	10	13	3	9	7	15	17	10	9	11	10	117
<b>SP REGULA</b>	%	%	%	%	%	%	%	%	%	1	%	1	2
<b>SP TURIS</b>	4	1	1	%	3	4	1	5	2	5	%	3	29
<b>SP URBANISMO</b>	%	%	1	2	%	8	3	1	3	3	%	1	22
<b>SPCINE</b>	1	1	%	%	1	1	1	4	1	1	%	1	12
<b>SPOBRAS</b>	%	2	1	%	%	1	1	%	1	%	2	%	8
<b>SUB</b>	21	51	21	36	56	37	32	34	48	37	35	31	439
<b>SVMA</b>	1	10	10	7	6	7	6	6	4	6	5	9	77
<b>TCM</b>	1	%	%	3	3	%	%	%	%	1	1	1	10
<b>Total Geral</b>	<b>158</b>	<b>291</b>	<b>292</b>	<b>265</b>	<b>322</b>	<b>321</b>	<b>328</b>	<b>407</b>	<b>369</b>	<b>403</b>	<b>366</b>	<b>415</b>	<b>3937</b>

Tabela 4: Origens que publicaram atos normativos em 2021.

Sobre a indexação diária é importante ressaltar que os critérios de inclusão de normas no Portal sofreram alterações ao longo dos anos. Portanto, existem normas que antigamente não eram incluídas no sistema e agora o são. Também há casos de atos que eram indexados e atualmente não são mais. Isso é explicado pela evolução natural do Portal, que cresceu muito desde a alteração do escopo do negócio para integração de conteúdo e novos produtos oferecidos como os Temas Selecionados.

## DADOS DE CONSOLIDAÇÃO RETROSPECTIVA

A consolidação retrospectiva se faz necessária pela mudança do escopo do Portal. Nem todas as normas anteriores ao ano 2000 estão com o texto completo e nem todas as normas foram atualizadas conforme os novos procedimentos estabelecidos para consolidação.

A consolidação retrospectiva segue critérios e procedimentos pré-estabelecidos. Ela ocorre por procedimento quando da:

- ✓ Indexação diária;
- ✓ Criação de Temas;
- ✓ Demanda de órgãos;
- ✓ Análise interna de conteúdo;
- ✓ Demanda de pesquisa; e
- ✓ Por tipo normativo.

Das 167.303 normas cadastradas no Portal até 31 de dezembro de 2021, estima-se que aproximadamente 30% já foram consolidadas.

## TEMAS SELECIONADOS

O Portal da Legislação da Cidade de São Paulo conta com 107 Temas Seleccionados. Nesse ano focamos no projeto para melhoria da ferramenta que será disponibilizada em 2022, além dos controles diários feitos a partir das demandas da Indexação e Pesquisa. Foram criados 6 novos temas em 2021:

- ✓ DIREITOS HUMANOS - IGUALDADE RACIAL
- ✓ ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - PATRIMÔNIO PÚBLICO
- ✓ ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - PROTEÇÃO DE DADOS
- ✓ ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – TELETRABALHO
- ✓ SAÚDE PÚBLICA - PROFISSIONAIS DA SAÚDE
- ✓ SAÚDE PÚBLICA – VACINAÇÃO

## DADOS DE CONSULTA AO PORTAL

As atividades e acessos no Portal da Legislação da Cidade de São Paulo são controlados permitindo a análise dos dados, o que permite trabalhar em melhorias para oferecer informações legislativas cada vez mais consistentes e de fácil uso. Em 2021 os 3 indicadores analisados tiveram crescimento da atividade em relação a 2020.

**Visualizações: 5.302.658:** Número total de páginas visualizadas.

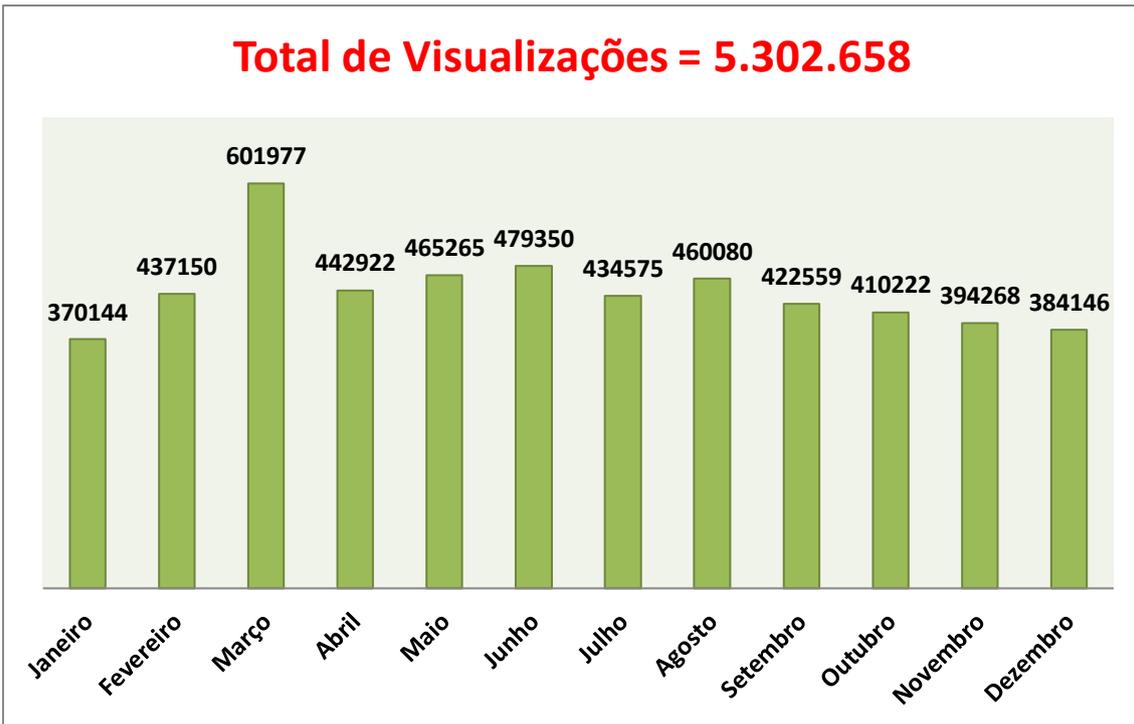


Gráfico 1: Visualizações por mês.

**Sessões 2.019.025:** O número total de sessões no intervalo de datas. Uma sessão é o período de tempo em que um usuário está a interagir ativamente com o site. Todos os dados de utilização são associados a uma sessão.

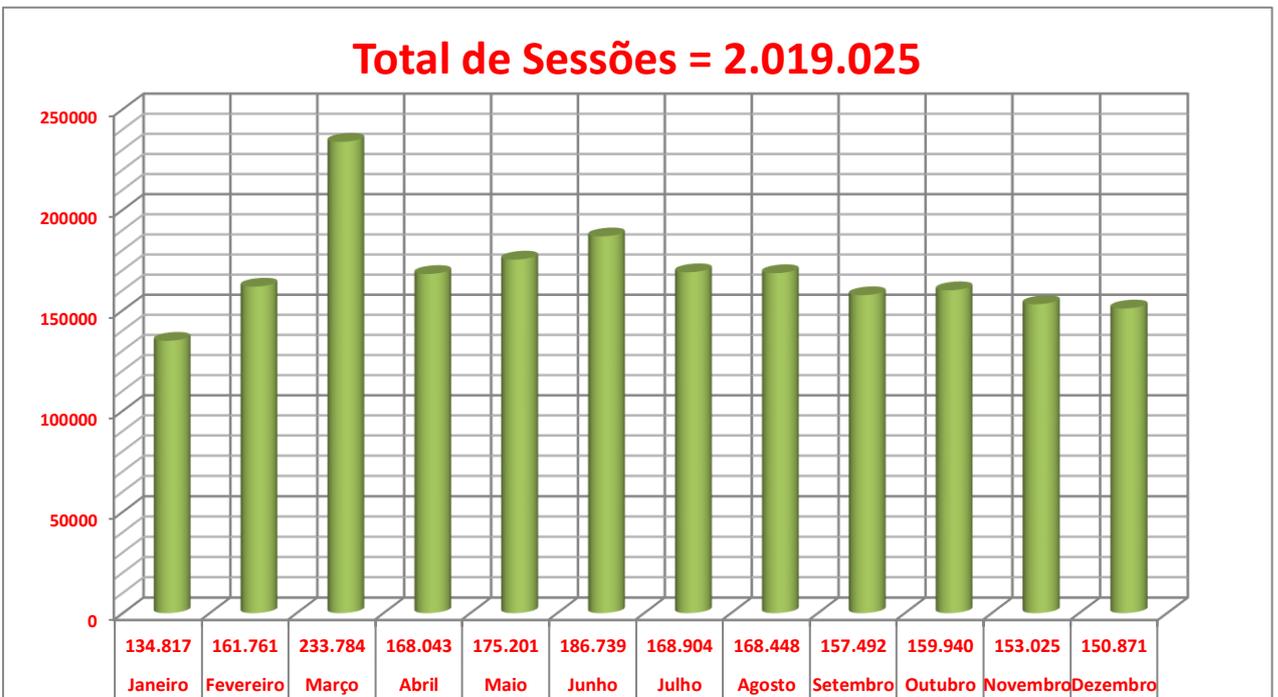


Gráfico 2: Sessões por mês.

**Usuários: 1.287.427:** Os usuários que iniciaram pelo menos uma sessão durante o intervalo de datas, neste caso, 01 JAN a 31 DEZ 2021.

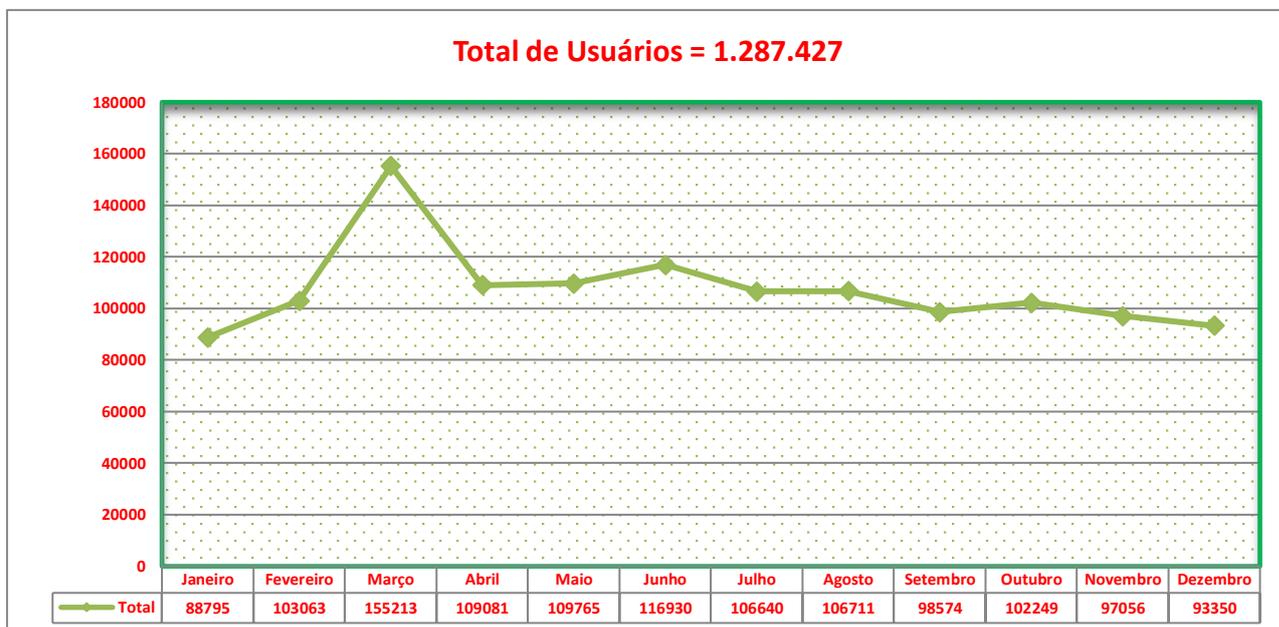


Gráfico 3: Usuários por mês no Portal.

Seguem os atos normativos e os temas selecionados mais acessados em 2021:

ATOS NORMATIVOS
DECRETO Nº 59.283 DE 16 DE MARÇO DE 2020
LEI Nº 16.402 DE 22 DE MARÇO DE 2016
LEI Nº 13.701 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2003
DECRETO Nº 60.131 DE 18 DE MARÇO DE 2021
DECRETO Nº 60.107 DE 3 DE MARÇO DE 2021
LEI Nº 8.989 DE 29 DE OUTUBRO DE 1979
LEI Nº 16.050 DE 31 DE JULHO DE 2014
INSTRUÇÃO NORMATIVA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME Nº 1 DE 28 DE JANEIRO DE 2021
INSTRUÇÃO NORMATIVA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SF/SUREM Nº 10 DE 9 DE MAIO DE 2017
LEI Nº 17.557 DE 26 DE MAIO DE 2021
LEI Nº 16.642 DE 9 DE MAIO DE 2017
DECRETO Nº 59.579 DE 3 DE JULHO DE 2020
LEI Nº 17.202 DE 16 DE OUTUBRO DE 2019
LEI Nº 17.719 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021

<b>PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO - SMUL Nº 221 DE 20 DE JULHO DE 2017</b>
<b>DECRETO Nº 59.885 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020</b>
<b>DECRETO Nº 53.151 DE 17 DE MAIO DE 2012</b>
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMADS Nº 3 DE 31 DE AGOSTO DE 2018</b>
<b>LEI Nº 11.154 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991</b>
<b>LEI Nº 13.476 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002</b>

Tabela 5: Atos normativos mais acessados no Portal da Legislação em 2021.

<b>TEMAS SELECIONADOS</b>
<b>CORONAVÍRUS/COVID 19 (GERAL)</b>
<b>CORONAVÍRUS/COVID 19 - EDUCAÇÃO</b>
<b>POLUIÇÃO SONORA - RUÍDO URBANO (PSIU)</b>
<b>CORONAVÍRUS/COVID 19 - SUSPENSÃO DE ATIVIDADES E SERVIÇOS</b>
<b>INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - EMPREENDA FÁCIL</b>
<b>CORONAVÍRUS/COVID 19 - FLEXIBILIZAÇÃO</b>
<b>CORONAVÍRUS/COVID 19 - REGRAS DE TRABALHO NA PMSP</b>
<b>CORONAVÍRUS/COVID 19 - SAÚDE</b>
<b>CORONAVÍRUS/COVID 19 - MOBILIDADE E TRANSPORTE</b>
<b>CORONAVÍRUS/COVID 19 - ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>
<b>COMÉRCIO - AMBULANTES</b>
<b>REDE MUNICIPAL DE ENSINO - MATRÍCULA ESCOLAR</b>
<b>MEIO AMBIENTE - ANIMAIS</b>
<b>COMÉRCIO - FEIRAS</b>
<b>SERVIÇO FUNERÁRIO</b>
<b>REDE MUNICIPAL DE ENSINO - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>
<b>LICENÇA - FUNCIONAMENTO</b>
<b>INFRAESTRUTURA URBANA - ENTULHOS E CAÇAMBAS</b>
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO (GERAL)</b>
<b>MEIO AMBIENTE (GERAL)</b>
<b>PARQUES E PRAÇAS</b>
<b>SEGURANÇA URBANA</b>
<b>ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - LICITAÇÕES E CONTRATOS</b>
<b>MEIO AMBIENTE - ARBORIZAÇÃO - PODA DE ÁRVORE</b>
<b>MOBILIDADE URBANA - TRANSPORTE</b>

Tabela 6: Temas Seleccionados mais acessados através do Portal da Legislação em 2021.

## DADOS DE PESQUISAS

Temos um canal para que os cidadãos façam pesquisas em caso de dúvidas e dificuldades que possam surgir durante uma busca. Fazemos pesquisas tanto internas (servidores) quanto externas (cidadãos). As pesquisas são categorizadas como legislação ou serviço, no caso de serviços a pesquisa é encaminhada para os órgãos responsáveis. Segue abaixo tabela com as pesquisas respondidas no ano de 2021, mês a mês.

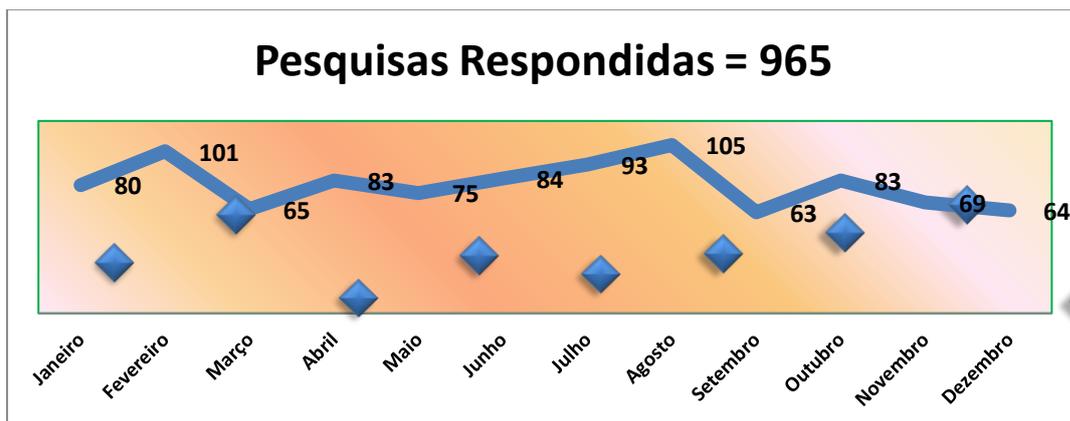


Gráfico 4: Pesquisas respondidas por mês em 2021.

## ATIVIDADES SECUNDÁRIAS

Além das atividades rotineiras, existem diversas outras ações realizadas para manter o Portal consistente e evoluir no atendimento das pesquisas. Efetuamos controles internos e encaminhamos relatórios periódicos no sentido de subsidiar e atender demandas internas mais específicas. Seguem abaixo alguns controles com dados atualizados de 2021.

### Controle de Regulamentações

É realizado um monitoramento para controlar as normas que têm necessidade de serem regulamentadas.

	Valores		
ANO	Contagem de Lei	REGULAMENTADO	NÃO REGULAMENTADO
2021	186	2	27
2020	287	10	17

2019	236	11	14
2018	242	14	19
2017	171	14	8
2016	266	16	16
2015	243	26	11
2014	148	12	8
2013	270	30	12
2012	161	4	0
2011	163	19	7
2010	266	16	6
2009	218	23	13
2008	211	32	19
2007	403	33	31
2006	132	22	10
2005	182	38	14
2004	240	45	34
2003	225	43	15
2002	216	70	20
2001	154	40	5
2000	145	6	20
<b>Total Geral</b>	<b>4765</b>	<b>526</b>	<b>326</b>

Tabela7: Controle de Regulamentação.

## Controle de Projetos de Lei do Executivo

É realizado um monitoramento para controlar os projetos de Lei do Executivo.

ANO	Contagem de PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO
<b>2000</b>	<b>42</b>
<b>2001</b>	<b>60</b>
<b>2002</b>	<b>73</b>
<b>2003</b>	<b>93</b>
<b>2004</b>	<b>74</b>
<b>2005</b>	<b>25</b>
<b>2006</b>	<b>41</b>
<b>2007</b>	<b>40</b>
<b>2008</b>	<b>41</b>
<b>2009</b>	<b>28</b>
<b>2010</b>	<b>39</b>
<b>2011</b>	<b>49</b>

<b>2012</b>	<b>45</b>
<b>2013</b>	<b>40</b>
<b>2014</b>	<b>32</b>
<b>2015</b>	<b>43</b>
<b>2016</b>	<b>30</b>
<b>2017</b>	<b>23</b>
<b>2018</b>	<b>27</b>
<b>2019</b>	<b>20</b>
<b>2020</b>	<b>13</b>
<b>2021</b>	<b>37</b>
<b>Total Geral</b>	<b>915</b>

Tabela 8: Controle de Projeto de Lei do Executivo.

## Controle de Razões de Veto

É realizado um monitoramento para controlar as Razões de Veto a Projetos de Lei.

<b>ANO</b>	<b>CONTAGEM</b>
<b>2021</b>	<b>72</b>
<b>2020</b>	<b>89</b>
<b>2019</b>	<b>46</b>
<b>2018</b>	<b>128</b>
<b>2017</b>	<b>94</b>
<b>2016</b>	<b>174</b>
<b>2015</b>	<b>84</b>
<b>2014</b>	<b>71</b>
<b>2013</b>	<b>64</b>
<b>2012</b>	<b>11</b>
<b>2011</b>	<b>45</b>
<b>2010</b>	<b>36</b>
<b>2009</b>	<b>84</b>
<b>2008</b>	<b>117</b>
<b>2007</b>	<b>69</b>
<b>2006</b>	<b>84</b>
<b>2005</b>	<b>106</b>
<b>2004</b>	<b>116</b>
<b>2003</b>	<b>87</b>
<b>2002</b>	<b>106</b>
<b>2001</b>	<b>15</b>

<b>2000</b>	<b>29</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1727</b>

Tabela 9: Controle de Razões de Veto.

## Controle de ADINs

É realizado um monitoramento para controlar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade. Esta atividade é realizada em conjunto com os Procuradores da Assessoria Técnico-Legislativa-ATL, que nos avisam das atualizações via SEI para que sejam devidamente anotadas nas normas.

<b>NORMA</b>
LEI Nº 9.906 DE 14 DE JUNHO DE 1985
LEI Nº 17.584 DE 26 DE JULHO DE 2021
LEI Nº 17.542 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020
LEI Nº 17.467 DE 9 DE SETEMBRO DE 2020
LEI Nº 17.405 DE 20 DE JULHO DE 2020
LEI Nº 17.335 DE 27 DE MARÇO DE 2020
LEI Nº 17.258 DE 7 DE JANEIRO DE 2020
LEI Nº 17.180 DE 25 DE SETEMBRO DE 2019
LEI Nº 16.901 DE 5 DE JUNHO DE 2018
LEI Nº 16.897 DE 23 DE MAIO DE 2018
LEI Nº 16.808 DE 23 DE JANEIRO DE 2018
LEI Nº 16.781 DE 3 DE JANEIRO DE 2018
LEI Nº 16.629 DE 17 DE ABRIL DE 2017
LEI Nº 16.612 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2017
LEI Nº 16.551 DE 23 DE SETEMBRO DE 2016
LEI Nº 16.402 DE 22 DE MARÇO DE 2016
LEI Nº 16.222 DE 25 DE JULHO DE 2015
LEI Nº 16.211 DE 27 DE MAIO DE 2015
LEI Nº 16.122 DE 15 DE JANEIRO DE 2015
LEI Nº 16.119 DE 13 DE JANEIRO DE 2015
LEI Nº 16.097 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014
LEI Nº 16.056 DE 8 DE AGOSTO DE 2014
LEI Nº 15.842 DE 1 DE AGOSTO DE 2013
LEI Nº 15.688 DE 11 DE ABRIL DE 2013
LEI Nº 15.508 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011
LEI Nº 15.416 DE 22 DE JULHO DE 2011
LEI Nº 15.133 DE 15 DE MARÇO DE 2010
LEI Nº 15.002 DE 22 DE OUTUBRO DE 2009

LEI Nº 14.887 DE 15 DE JANEIRO DE 2009
LEI Nº 14.776 DE 18 DE JUNHO DE 2008
LEI Nº 14.766 DE 18 DE JUNHO DE 2008
LEI Nº 14.706 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008
LEI Nº 14.660 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2007
LEI Nº 14.642 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007
LEI Nº 14.640 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007
LEI Nº 14.639 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007
LEI Nº 14.638 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007
LEI Nº 14.482 DE 16 DE JULHO DE 2007
LEI Nº 14.132 DE 24 DE JANEIRO DE 2006
LEI Nº 14.125 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2005
LEI Nº 14.013 DE 23 DE JUNHO DE 2005
LEI Nº 13.959 DE 8 DE ABRIL DE 2005
LEI Nº 13.881 DE 30 DE JULHO DE 2004
LEI Nº 13.866 DE 1 DE JULHO DE 2004
LEI Nº 13.756 DE 16 DE JANEIRO DE 2004
LEI Nº 13.715 DE 7 DE JANEIRO DE 2004
LEI Nº 13.670 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003
LEI Nº 13.637 DE 4 DE SETEMBRO DE 2003
LEI Nº 13.603 DE 16 DE JUNHO DE 2003
LEI Nº 13.478 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002
LEI Nº 13.294 DE 14 DE JANEIRO DE 2002
LEI Nº 13.287 DE 9 DE JANEIRO DE 2002
LEI Nº 13.261 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001
LEI Nº 13.207 DE 9 DE NOVEMBRO DE 2001
LEI Nº 13.190 DE 18 DE OUTUBRO DE 2001
LEI Nº 13.117 DE 9 DE ABRIL DE 2001
LEI Nº 12.654 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.650 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.646 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.639 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.638 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.635 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.633 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.630 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.629 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.627 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.619 DE 4 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.617 DE 4 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.615 DE 4 DE MAIO DE 1998

LEI Nº 12.614 DE 4 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.612 DE 4 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.609 DE 6 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.604 DE 4 DE MAIO DE 1998
LEI Nº 12.516 DE 6 DE NOVEMBRO DE 1997
LEI Nº 12.365 DE 13 DE JUNHO DE 1997
LEI Nº 12.327 DE 16 DE ABRIL DE 1997
LEI Nº 12.324 DE 16 DE ABRIL DE 1997
LEI Nº 11.946 DE 4 DE DEZEMBRO DE 1995
LEI Nº 11.945 DE 4 DE DEZEMBRO DE 1995
LEI Nº 11.944 DE 4 DE DEZEMBRO DE 1995
LEI Nº 11.773 DE 18 DE MAIO DE 1995
LEI Nº 11.733 DE 27 DE MARÇO DE 1995
LEI Nº 11.548 DE 21 DE JUNHO DE 1994
LEI Nº 11.522 DE 3 DE MAIO DE 1994
LEI Nº 11.502 DE 13 DE ABRIL DE 1994
LEI Nº 11.470 DE 12 DE JANEIRO DE 1994
LEI Nº 11.434 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993
LEI Nº 11.370 DE 18 DE MAIO DE 1993
LEI Nº 11.355 DE 5 DE MAIO DE 1993
LEI Nº 11.341 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993
LEI Nº 11.328 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1992
LEI Nº 11.152 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991
LEI Nº 10.987 DE 12 DE JUNHO DE 1991
LEI Nº 10.921 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1990
LEI Nº 10.905 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1990
LEI Nº 10.805 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1989
LEI Nº 10.793 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989
LEI Nº 0 DE 4 DE ABRIL DE 1990
DECRETO Nº 58.750 DE 13 DE MAIO DE 2019
DECRETO Nº 58.186 DE 11 DE ABRIL DE 2018
DECRETO Nº 58.185 DE 9 DE ABRIL DE 2018
DECRETO Nº 58.060 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017
DECRETO Nº 57.824 DE 9 DE AGOSTO DE 2017
DECRETO Nº 57.785 DE 14 DE JULHO DE 2017
DECRETO Nº 57.576 DE 1 DE JANEIRO DE 2017
DECRETO Nº 51.541 DE 9 DE JUNHO DE 2010

Tabela 10: Controle de Ação direta de Inconstitucionalidade.

## **Divulgação e Informativos**

Desde o ano de 2018 existe a prática do envio de e-mail para toda a Prefeitura contendo informativos de conteúdo e novidades do Portal da Legislação. São enviados mensalmente boletins informativos com resumos das atividades de produção e uso.

A partir de 2020 começamos a gerar um relatório anual, atividade a que damos continuidade através desse documento.

## **Melhorias implantadas**

O Centro de Referência da Legislação Municipal – CADLEM SP realiza um monitoramento ativo em busca de novas soluções para agregar conteúdo e melhorar o uso das funcionalidades do Portal da Legislação da Cidade.

Algumas melhorias de usabilidade foram feitas em 2021:

- Inclusão de botão de compartilhamento de conteúdo;
- Readequação dos anexos para melhor visualização;
- Padronização de campos de conteúdo em uma única camada;
- Atualização do Banco de Dados
- Implementação de novo certificado de segurança.
- Acessibilidade em libras (Hand Talk)

## **Projetos para 2022**

O Centro de Referência da Legislação Municipal – CADLEM SP entende que existem atividades que podem trazer benefícios para toda a Administração Pública Municipal.

Para que possamos avançar nos projetos é necessária uma reestruturação no setor que já está sendo negociada com a chefia. Das melhorias projetadas em 2020 está em fase final de entrega a reestruturação da área de Temas Selecionados.

Alguns dos projetos para o ano de 2022 são:

- Formação da Rede de Informação;
- Promoção de cursos para usuários do Portal da Legislação; e
- Participação no cadastro para padronizar o conteúdo dos Pareceres da PGM e facilitar a recuperação dos dados.